

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.807 - GO (2019/0217336-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : LUIZA DE MORAES SILVA
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO FERRO - GO016593
PAULO AUGUSTO FERREIRA DE LIMA - GO021413
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939
GUSTAVO AMATO PISSINI - SP261030

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por LUIZA DE MORAES SILVA contra a decisão de fls. 342/346 e-STJ, que conheceu do agravo para conhecer em parte do recurso especial, mas negar-lhe provimento.

A embargante afirma que houve omissão no tocante à tese de prescrição por abandono processual da embargada/exequente.

Requer o provimento do presente recurso para

"(...) sanar a omissão apontada, e seja realizada a análise da segunda tese da Embargante, reconhecendo ou não, o abandono processual por parte do exequente, que fora intimado VIA ADVOGADO, e PESSOALMENTE POR CARTA REGISTRADA, para dar andamento ao feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas em dia fls., e permaneceu inerte não dando nenhum impulso processual no prazo legal, conforme previsto no art. 267, III, § 1º, do CPC" (fl. 354 e-STJ).

A parte contrária apresentou impugnação às fls. 354 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Preliminarmente, registra-se que os embargos de declaração foram recebidos, via Petição Eletrônica nº 553.017/2019, em 3/9/2019, às 18h06min (fl. 348 e-STJ), com nova apresentação, também via petição eletrônica de outros embargos declaratórios - Petição nº 553.168/2019, em 3/9/2019, às 18h31min (fl. 357 e-STJ) e Petição nº 553.187/2019, em 3/9/2019, às 18h37min (fl. 365 e-STJ).

Assim, não se conhece das segunda e terceira petições (fls. 357 e 365 e-STJ) por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

Não prospera a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

A decisão atacada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios enumerados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015

Superior Tribunal de Justiça

(CPC/2015): obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Conforme disposto na decisão embargada, o argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

De fato, o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Na hipótese em tela, o tribunal de origem assim consignou a respeito da tese de prescrição por abandono processual da embargada/exequente:

"(...)

Em suas razões, insiste a embargante na tese de prescrição intercorrente, sob o argumento de que '... o ato da penhora somente se concretiza com a intimação do executado sobre a conscrição realizada, e no presente caso, o Banco requereu a penhora, a qual foi deferida e lavrada o auto porem para completá-la restava ainda se (sic) realizada a intimação do executado via Carta Precatória, tendo sido expedida a competente Carta Precatória de Intimação da Penhora, a qual na época deveria ter sido retirada dos autos pelo Exequente e este providenciado o seu cumprimento, pagando as custas processuais no Juízo Deprecado e posteriormente protocolando a mesma, devendo ainda acompanhá-la ate final cumprimento. E o fato é que o Exequente foi INTIMADO para cumprir a referida Carta Precatória e nada

Superior Tribunal de Justiça

fez, permanecendo inerte por mais de 06 anos.' (Sic, fl. 07, evento nº 39).
(...)

Em análise ao caderno processual, observa-se que em 25/03/2003, houve a penhora de uma gleba de terras localizada no Município de Paraúna, de propriedade de Julião Antônio da Silva, a fim de garantir a execução ajuizada em seu desfavor, da agravante e de Waldemar Carmos de Moraes (fl. 58, pdf).

Em seguida, restou certificado nos autos a ausência de intimação do executado pelo fato de o Oficial de Justiça obter informações de que atualmente reside em Goiânia (fl. 59, pdf).

Ato seguinte, determinou-se a expedição de carta precatória para intimação da penhora (fl. 60, pdf) e, logo após, foi expedido ofício ao advogado do banco exequente intimando-o do referido ato (fl. 62).

Observa-se que o ofício foi direcionado para endereço profissional do advogado na comarca de Paraúna, onde tramita a lide. Portanto, totalmente descabida a tese da embargante de que o advogado do banco exequente deveria se deslocar para a comarca deprecada (Goiânia) para dar cumprimento à carta precatória. Afinal, o referido instrumento serve, exatamente, como comunicação entre dois juízes de comarcas distintas para a realização dos atos necessários ao andamento do processo.

Novamente, é um instrumento utilizado para requisitar a outro juízo o cumprimento de um ato.

Dessarte, conforme explicado no voto ora recorrido, competiria à Serventia do juízo deprecado (Goiânia) proceder o impulso do próximo ato processual (comunicação do executado), e não ao embargado.

Também não há falar em abandono processual pela instituição financeira, pois a intimação a ela direcionada foi para cientificar acerca do deferimento do pedido de carga dos autos (fls. 64 e 67, pdf). O próximo ato processual da lide estava, na verdade, a encargo da executada, qual seja, manifestação de defesa, tanto o é que apresentou exceção de pré-executividade, após a juntada da certidão do Oficial de Justiça certificando a intimação da penhora.

Desta forma, constata-se que a insurgente não demonstrou, ao contrário do alegado nas razões recursais, a existência de nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 1.022 da nova Lei Processual Civil, como a omissão, obscuridade, contradição ou erro material, mas apenas sua intenção de obter a revisão do julgado" (fls. 254/256 e-STJ).

Nesse contexto, reverter a conclusão do tribunal local para acolher a pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula nº 7/STJ.

Não se vislumbra, portanto, a existência da omissão apontada.

Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição, ou corrigir erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

